

Carvalho, I. C. M. A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: Sato, M. & Carvalho, I. C. M. (orgs) *Educação Ambiental*; pesquisa e desafios. Porto Alegre, Artmed, 2005.

A INVENÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO: IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE NA FORMAÇÃO DOS EDUCADORES AMBIENTAIS

Isabel Cristina Moura Carvalho¹

"Quem está e atua na história faz constantemente a experiência de que nada retorna. Reconhecer o que é não quer dizer aqui conhecer o que há num momento, mas perceber os limites dentro dos quais ainda há possibilidade de futuro para as expectativas e os planos: ou mais fundamentalmente, que toda expectativa e toda planificação dos seres finitos é, por sua vez, finita e limitada. A verdadeira experiência é assim, a experiência da própria historicidade". (Gadamer, 1998:527-528)

INTRODUÇÃO

Este artigo discute os processos de subjetivação implicados na internalização de um ideário ecológico, como parte importante dos processos de constituição da identidade dos profissionais ambientais. Considera-se a formação do profissional ambiental, de um modo geral, e o educador ambiental em particular, como parte da constituição de um campo de relações sociais — materiais, institucionais e simbólicas — em torno da preocupação ambiental, que caracteriza um *campo ambiental*, onde se destaca a noção de *sujeito ecológico*, como articuladora do *ethos* deste campo.

¹ Psicóloga, doutora em educação, professora da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA (RS). E-mail: icmcarvalho@uol.com.br

Neste trabalho, toma-se os conceitos de identidade e subjetividade, em sua acepção dinâmica, ou seja, como processos sócio-históricos onde se produzem modos de ser e compreender, relativos a um sujeito humano em permanente abertura e troca reflexiva com o mundo em que vive e não como formações acabadas, cristalizadas ou estáticas. Neste sentido, destaca-se a historicidade, elemento que confere a abertura destes processos aos eventos, portanto sempre passíveis de novas provocações, desestabilizações e reconstruções; assim como a natureza social da constituição do indivíduo. O sujeito implicado nestas formações subjetivas e identitárias reside no entrecruzamento de sua condição de ser singular, individual, irrepetível, e sua natureza social, histórica, constituído na relação com os outros e com o Outro da cultura. Assim, este sujeito se humaniza no ato da inscrição de sua existência biológica e singularidade biográfica nas condições de instauração de sentidos disponibilizados em seu espaço e tempo sócio-culturais e encarnados nos encontros sociais deste sujeito. Neste sentido, a presente abordagem se distancia de uma visão essencialista do sujeito onde subjetividade é freqüentemente relacionada à uma intimidade ou interioridade individual e autônoma² e identidade ganha o lugar de retrato idiossincrático desta interioridade.

As referências desta reflexão vêm de pesquisa realizada sobre a formação do campo ambiental no Brasil e da análise biográfica de educadores ambientais³. Naquele estudo, as biografias se mostraram muito instigantes para se acessar trajetórias que são, a um só tempo, registros de percursos individuais e testemunhos da história do campo ambiental e da EA. Trabalhar na fronteira, buscando superar assim, dicotomias como indivíduo – sociedade; intimidade – esfera pública; interioridade – exterioridade; tão presentes em certa divisão disciplinar das ciências humanas —que atribuiu todo o individual/intimo/interior à psicologia e sociedade/ esfera pública/exterioridade à sociologia — é a proposta deste trabalho. Como outros desta coletânea, o presente artigo compartilha do desafio posto pelos caminhos híbridos da pesquisa e da produção de saber. Caminho já apontado por Boaventura Souza Santos quando este, ao pensar criticamente as bases do conhecimento científico, chama atenção para a necessidade de construção de “um conhecimento modesto” (Santos, 2002).

² Para uma interessante discussão do conceito de subjetividade ver Sawaia, 2000.

³ Ver Carvalho, 2002.

AS VICISSITUDES DO SUJEITO ECOLÓGICO E O CAMPO AMBIENTAL

O heterogêneo universo do *ambiental*, tomado enquanto relevante fenômeno sócio-histórico contemporâneo, produz uma rede de significados e se apresenta como uma *questão*, catalisadora de um importante espaço argumentativo acerca dos valores éticos, políticos e existenciais que regulam a vida individual e coletiva. Assim, pode-se tomar a questão ambiental, na sua condição de como agenciadora de um universo de significados, como um espaço narrativo organizado em um campo de relações sociais — neste caso, um *campo ambiental*. Neste, duas dimensões se entrelaçam: a dimensão instituída do campo ambiental, enquanto esfera que tende a ser mais estruturada (movimentos ecológicos e políticas ambientais, por exemplo); e as trajetórias de educadores ambientais, dimensão instituinte, feixe de processos estruturantes e dinâmicos dos agentes neste campo. Essas dimensões são partes constitutivas do mesmo fenômeno e se determinam de modo recíproco, de forma que apenas para efeito de análise podem ser destacadas.

Com a noção de *campo ambiental* interessa circunscrever certo conjunto de relações sociais, sentidos e experiências que configuram um universo social particular. Conforme Bourdieu (1989), a noção de campo social evoca um espaço relativamente autônomo de relações sociais historicamente situadas, que produz um conjunto de valores, uma ética, traços identitários de um sujeito ideal, naturaliza certos modos de ver e se comportar que põem em ação as regras do jogo do campo.

Enquanto um espaço estruturado e estruturante, o campo ambiental inclui uma série de práticas e políticas pedagógicas, religiosas e culturais, que se organizam de forma mais ou menos instituídas, seja no âmbito do poder público, seja na esfera da organização coletiva dos grupos, associações ou movimentos da sociedade civil; reúne e forma um corpo de militantes, profissionais e especialistas; formula conceitos e adquire visibilidade através de um circuito de publicações, eventos, documentos e posições sobre os temas ambientais. Ao tomar o campo ambiental como referência, pode-se compreender as motivações, os argumentos, valores, ou seja, aquilo que constitui a crença específica que sustenta um campo. Desta forma, é possível indagar pelos significados que, investidos nas

coisas materiais e simbólicas em jogo no campo, orientam a ação dos agentes que ai estabelecem um percurso pessoal e profissional.

A análise das trajetórias biográficas, por sua vez, dá acesso as relações recursivas entre campo social e trajetórias de vida, tomando a condição narrativa destas interações como referencial teórico e a análise das trajetórias como caminho metodológico. Nestas interações se constituem mutuamente um campo ambiental, um sujeito (ideal) ecológico, bem como as trajetórias profissionais e pessoais do(a)s educadore(a)s ambientais, entendido(a)s como uma expressão particular daquele sujeito ideal.

Ao optar pela análise do campo e das trajetórias, este trabalho não se restringe nem a uma história factual das instituições, nem tampouco à investigação de histórias de vida individualizadas. Busca, sobretudo, tematizar a interação produtiva e reflexiva entre o campo e as trajetórias, na construção de uma *condição narrativa*, que é o que torna efetiva e plausível a formulação de uma questão ambiental enquanto identidade distintiva de um grupo e de um espaço social. Desta forma, considerando as confluências entre o campo e as trajetórias, pode-se observar na emergência de um sujeito ecológico, enquanto uma *identidade narrativa*, que remete a uma prática social e a um perfil profissional particular: o educador ambiental.

A pesquisa que deu origem a esta reflexão, além de uma análise da dimensão instituída do campo ambiental no Brasil contou com um *corpus* de relatos (entrevistas biográficas) expressivo da experiência dos educadores ambientais e dos caminhos de formação da EA no Brasil⁴. Este campo experiencial é aquele que se passa dentro das regras do jogo do campo ambiental e, como se verificou, está inevitavelmente atravessado pelas várias injunções, deslocamentos, tensões e contradições que caracterizam o fazer profissional neste universo fortemente identificado com uma tradição romântica e com ideais militantes⁵.

⁴ Os depoimentos foram transcritos, mas por uma razão de economia de espaço, não foram incluídos neste artigo. Ao todo foram analisadas 18 trajetórias biográficas.

⁵ Sobre o perfil romântico reatualizado no movimento contracultural sendo revisitado e revivificado contemporaneamente pela via da luta militante emancipatória ver Löwy (1993). Para uma boa análise do romantismo como movimento cultural ver Maia Flickinger (1993). O romantismo parece estar presente como visão de mundo no mundo ecológico tanto pela via da militância quanto pela visão libertária e idealizada da natureza como lugar de libertação dos constrangimentos de um modelo social visto como degradado e equivocado em termos éticos e políticos.

A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE SUJEITO ECOLÓGICO

A formação de um campo de relações sociais em torno da questão ambiental no Brasil e seu entrecruzamento com trajetórias biográficas e profissionais de educadores ambientais possibilita pensar a noção de um *sujeito ecológico*. Esta categoria denomina um tipo ideal⁶, forjado no jogo das interpretações onde se produzem os sentidos do *ambiental*, levando em conta os universos da tradição (tempo de longa duração) e das experiências vividas no presente. Assim, o sujeito ecológico operaria como um sub texto presente na narrativa ambiental contemporâneo, configurando o horizonte simbólico do profissional ambiental de modo geral e, particularmente, do educador ambiental. Neste jogo, constitutivo do campo ambiental de modo geral e da educação ambiental em particular, evidencia-se o educador ambiental como sendo, ao mesmo tempo, um intérprete de seu campo e um sujeito ele mesmo "interpretado" pela narrativa ambiental. Neste contexto, a busca de uma correspondência dos posicionamentos, opções e atitudes deste profissional aos ideais de um *sujeito ecológico* tende a adquirir o caráter de condição do ingresso neste campo social.

Além de ser pensado como um *tipo ideal* o sujeito ecológico também encontra outra fonte de inspiração no conceito de *identidade narrativa* (Ricouer, 1997). Esta forma de pensar a identidade, toma-a como espaço de convergência entre diferentes registros como, indivíduo/sociedade, singularidade/agenciamentos coletivos, biografia individual/história social, onde ganha centralidade sua condição narrativa:

"A noção de identidade narrativa mostra sua fecundidade no fato de que ela se aplica tanto à comunidade quanto ao indivíduo. Podemos falar da ipseidade de uma comunidade como acabamos de falar da de um sujeito individual: indivíduo e comunidade constituem-se em sua identidade ao receberem tais narrativas, que se tornam para um e outro sua história efetiva". (Ricouer, 1997:425).

⁶ A noção de tipo ideal como entendemos aqui é aquela utilizada no sentido weberiano. Para Weber (1987) a compreensão do real passa pela interpretação dos nexos de sentido que constituem os fenômenos. Estes são caracterizados pela tensão entre sua expressão categórica "ideal" e a sua expressão enquanto ação "real". A elaboração do tipo ideal de um fenômeno recorrente, portanto, guardaria racionalidade e coerência "ideais" em face do que se poderia compreender uma ação real, determinada por irracionalidades de toda espécie (afetos, erros etc) como uma variante (desvio) do desenvolvimento esperado da ação racional.

Desta forma, pode-se definir o sujeito ecológico como um projeto identitário, apoiado em uma matriz de traços e tendências supostamente capazes de traduzir os ideais do campo. Neste sentido, enquanto uma identidade narrativa ambientalmente orientada, o sujeito ecológico seria aquele tipo ideal capaz de encarnar os dilemas societários, éticos e estéticos configurados pela crise societária em sua tradução contracultural; tributário de um projeto de sociedade socialmente emancipada e ambientalmente sustentável. O contexto que situa e torna possível o sujeito ecológico é a constituição de um universo narrativo específico, que se configura material e simbolicamente como um campo de relações sociais (Bourdieu,1989).

Pode-se pensar, desde esta proposição de sujeito ecológico, os caminhos de identificação e construção da identidade do *educador ambiental* percorridos nas trajetórias biográficas de educadores ambientais concretos. Desta preocupação derivam perguntas do tipo: como, no curso de uma trajetória profissional, se processa este se decidir pelo ambiental? Quais as vias pelas quais se dá o acesso, a opção ou a conversão ao ambiental? Quais as conseqüências desta escolha sobre a experiência passada do sujeito? Como se reconfiguram, no campo ambiental, outras experiências profissionais e existenciais do sujeito que aí se insere?

No horizonte do *sujeito ecológico* abrem-se uma série de frentes de ação e estilos existenciais para o educador ambiental. A militância, por exemplo, ao ser incorporada como um *habitus*, parece atravessar as opções profissionais gerando uma forma particular de ser um *profissional ambiental*. Para identificar os momentos chaves das trajetórias de profissionalização em EA, três cortes analíticos pareceram significativos: os mitos de origem, as vias de acesso e os ritos de entrada. A referência aos conceitos de mito e rito tem aqui um valor metafórico, na medida que remetem às passagens — enquanto ações simbólicas — que fundam a identidade narrativa do sujeito ecológico (no caso do mito) e definem o hétero e auto-reconhecimento do profissional da educação ambiental (no caso do rito)⁷. Os mitos de origem integram um processo de (re)constituição de sentido, isto é, a

⁷ Existe uma ampla contribuição da antropologia sobre estes conceitos, que cada vez mais têm sido usados não apenas para descrever as sociedades tradicionais, mas sobretudo para explicar a sociedade contemporânea. Para efeito deste estudo, faço uso da definição de ritual proposta por Kertzer (1987:9) como “comportamento simbólico que é padronizado e repetitivo” presente em todas as culturas, bem como da discussão sobre seus efeitos na política e no poder das sociedades contemporâneas. Importante ainda para nossa reflexão é evocação do símbolo enquanto elemento que provê de conteúdo o ritual e suas propriedades:

instauração de uma raiz remota da sensibilidade para o ambiental reencontrada e ressignificada *a posteriori*.

MEMÓRIA, ESTÉTICA E SENSIBILIDADES AMBIENTAIS NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR

Relembramos aqui uma asserção básica deste trabalho: o educador ambiental é um caso particular do sujeito ecológico e, sendo assim, integra este projeto identitário maior atualizando-o em algumas de suas possibilidades. Isto não significa que partilhar desta identidade ecológica seja necessariamente um pré-requisito para tornar-se educador ambiental. Em vários casos o caminho pode ser inverso, ou seja, da EA para a identidade ecológica. A EA tanto pode ser fruto de um engajamento prévio ou constituir-se num passaporte para o campo ambiental. Desta forma, identificar-se como sujeito ecológico e tornar-se educador ambiental podem ser processos simultâneos, no sentido simbólico, mas podem estruturar-se em diferentes tempos cronológicos (tornar-se um sujeito ecológico a partir da EA ou vice versa). Isto repõe a questão da diferença entre um *cronos* linear, mensurável e cumulativo — que direciona a flecha do tempo num sentido irreversível onde o passado define o presente e encadeia o futuro como consequência das ações passadas — e um tempo experiencial, onde o passado pode ser ressignificado pelo presente ou por expectativas em relação ao futuro.

É neste sentido que poderíamos considerar a construção dos mitos de origem como uma estrutura que encontramos nos relatos biográficos, na qual o sujeito que narra injeta uma linha de sentido desde o presente — onde possivelmente também assume um papel importante o ideal do sujeito ecológico, no sentido de um dever ser, que remete a um futuro utópico e atemporal — em direção ao passado. Nesta conexão entre presente e passado o sujeito freqüentemente identifica lá no passado as raízes remotas do que decorreu depois. É nesta reconfiguração da experiência à luz dos entrecruzamentos do tempo vivido e

i) condensação do significado; ii) multivocalidade e iii) ambigüidade, ressaltadas pelo autor. Sobre o conceito de mito, vale lembrar que, a partir de Levi-Strauss, tem sido definido como sistema de signos ou ainda “expediente cognitivo usado para reflexão e das contradições e princípios subjacentes em todas as sociedades humanas” (Outhwaite & Bottomore, 1996:470), de modo que, assim como a noção de ritual, passou a ser identificado como atributo de todas as sociedades e parte da vida contemporânea.

rememorado que os entrevistados se situam como ativos construtores/autores de suas biografias pessoais e da identidade narrativa do educador ambiental.

Para estes entrevistados, o encontro com uma natureza boa e bela, emerge como núcleo forte de suas memórias longínquas, que ganham a forma do que descrevemos acima como um mito de origem. Entre estes momentos são investidos com forte sentido identitário, são memórias infantis como "*a fazenda em Mato Grosso*"; "*o pé de Manga Rosa no quintal*"; "*os sapos, borboletas e pererecas da infância em uma cidade do interior*"; "*a paixão pelos insetos*"; "*as joaninhas do jardim da casa*"; "*o quintal rural da casa urbana*"; "*os acampamentos, o alpinismo e o montanhismo na juventude*".

Estes “mitos de origem” por sua vez, revisitam certos elementos importantes que destacamos na composição de uma tradição ambiental demonstrando sua vigência. O valor da natureza enquanto reserva estética e moral que se pode encontrar no naturalismo e nas chamadas novas sensibilidades para com a natureza parece reeditar-se como uma espécie de memória mítica dos educadores ambientais, remontando a um mito de origem do próprio ecologismo. No imaginário ecológico, muitas vezes, a natureza, como contraponto da vida urbana e sua inscrição numa visão arcádica, aparece combinada com o sentimento de contestação romântico. O repúdio romântico à uniformidade da razão, ao seu caráter instrumental, ao individualismo racionalista, podem ser observados em certas inspirações do ideal societário ecológico que se afirma como via alternativa, contra os ideais de progresso e de desenvolvimento da sociedade capitalista de consumo.

É interessante observar que, para além das memórias pessoais, essa sensibilidade naturalista para com as plantas e os animais pode ser reencontrada como elemento destacado na vertente conservacionista do campo ambiental. O movimento conservacionista, por sua vez, é o ponto em relação ao qual se diferencia o ecologismo, afirmando-se como movimento social que, tendo uma crítica política, não se restringe às ações de conservação da natureza, mas pretende transformar a sociedade. No entanto, apesar dessa diferença, a visão ética e estética que entende a natureza como portadora de direitos e tendo um valor em si mesma para além de sua utilidade para os humanos, permanece como elemento de continuidade entre estes dois movimentos dentro do campo ambiental. Desde este lugar de contraponto do movimento ecológico, o conservacionismo

mantém-se disponível como uma visão de mundo que informa, não apenas ações de mobilização contra o desaparecimento de espécies, proteção dos animais etc., mas também é particularmente evocado na ação do Estado, que tende a identificar sua política ambiental a uma política de proteção ambiental.

É possível notar certa descontinuidade entre o discurso ambiental politizado — que, ao tomar o *modus operandi* conservacionista como contramodelo, rejeita o enaltecimento ingênuo da natureza — e a vigência de uma ética e estética naturalista que se perpetua no imaginário dos sujeitos ecológicos. É algo desta sensibilidade que emociona e constitui a identificação com a luta ambiental para muitos. Esse foi um ponto de inflexão recorrente nas narrativas que recolhemos, nas quais os entrevistados, ao narrarem sua história, relacionaram as raízes mais remotas de sua vinculação com a questão ambiental a uma *sensibilidade* para com a natureza, presente em sua experiência de vida. Muitos localizaram esta experiência na infância enquanto outros, em momentos da vida adulta anteriores a seu engajamento no campo ambiental. Assim, o que no debate das idéias e nos confrontos ideológicos tende a se contrastar na oposição naturalismo/ conservacionismo *versus* ecologismo/ visão socioambiental, no nível das sensibilidades que constituem os sujeitos ecológicos parece estar bastante entrelaçado.

TORNAR-SE EDUCADOR AMBIENTAL: CAMINHOS, MITOS E RITOS

As vias de acesso dos educadores à educação ambiental conduzem aos ritos de entrada, remetendo aos caminhos de aproximação e à ultrapassagem de certa fronteira de conversão pessoal e reconversão profissional. A partir daí se dá a identificação com um ideário ambiental e a opção por este campo como espaço de vida e de profissionalização. As maneiras de entrar no campo e construir uma identidade ambiental são parte dos ritos de entrada e ajudam a iluminar os desdobramentos que dizem respeito especificamente aos trânsitos em direção ao campo ambiental; aos lugares profissionais aí disponibilizados (concursos na universidade, diferentes modalidades de contratações em ONGs, prestação de serviços em diferentes instituições etc.) e a negociação dos capitais simbólicos e culturais anteriores ao novo *status* de profissional/educador ambiental.

Os acessos em direção ao ambiental são múltiplos e passam por diferentes caminhos, conforme mostram os percursos dos entrevistados. O encontro com a natureza, a busca de novas soluções profissionais, formas de reorganizar crenças e ideologias, reconversões institucionais, são alguns dos marcos reconstituídos nos relatos enquanto momentos *liminares*⁸, onde o presente tende a traduzir a experiência passada, como no mito de origem, mas, ao mesmo tempo, o faz orientado por uma expectativa voltada para um horizonte de possibilidades futuras, dentro das regras do jogo e da *illusio* (Bourdieu, 1989) do campo ambiental.

Tomando a idéia da viagem como metáfora dos deslocamentos existenciais, da reinvenção do outro e recriação de si, as vias de acesso que a pesquisa identificou indicam percursos que podem ser exemplificados como: de uma experiência pessoal/subjetiva para o ambiental; da luta contra ditadura para o ambiental; da engenharia para o ambiental; da educação popular para o ambiental, entre outros. Estes percursos não são excludentes e freqüentemente se superpõem. Outras vezes se entrecruzam na trajetória de um mesmo sujeito. Não esgotam as possibilidades de acesso mas mostram, em cada um destes trânsitos, como se passa o processo de uma experiência refigurada⁹.

Nomear-se educador ambiental aparece ora como adesão a um ideário, ora como sinônimo de um ser ideal ainda não alcançado, ora opção de profissionalização, ora como signo descritor de uma prática educativa ambientalizada, combinando em diferentes gradações as vias da militância e da profissionalização num perfil *profissional–militante*. Resulta disto que as formas de autocompreender-se e apresentar-se que daí surgem assumem o caráter de uma identidade dinâmica, muitas vezes em trânsito. Isto é, uma identidade que não se fixa necessariamente apenas num dos pólos: profissional ou militante, por exemplo. Tampouco ganha a forma de uma identidade permanente e totalizante, no sentido de subsumir outras auto-identificações e filiações profissionais.

⁸ O conceito de liminaridade (*liminality*) é usado por Victor Turner para designar a fase intermediária do rito de passagem — compreendido como tendo três fases: separação, margem ou *limen*, e reintegração. Os estados e os processos liminares são marcados pela ambigüidade, pela suspensão das normas e valores da ordem anterior e ainda pela não incorporação plena das normas e valores da ordem para a qual se está fazendo a transição, o estado liminar é o de estar *entre* dois mundos simbólicos (Turner, 1978).

⁹ Estes percursos biográficos e profissionais estão relatados em outro trabalho (Carvalho, 2002) e aqui são mencionadas algumas das conclusões das análises realizadas.

Politicamente, um dos traços distintivos do educador ambiental, parece ser partilhar, em algum nível, de um projeto político emancipatório. A idéia de mudanças radicais abarca não apenas uma nova sociedade, mas também um novo sujeito que se vê como parte desta mudança societária e a compreende como uma revolução de corpo e alma, ou seja, uma reconstrução do mundo incluindo o mundo interno e os estilos de vida pessoal. Este parece ser o elemento diacrítico que confere o caráter promissor e sedutor do campo ambiental e do saber que ele busca fomentar em suas esferas de formação de especialistas, publicações e teorização. A máxima registrada por Huber (1985) de "mudar todas as coisas" na dimensão política das práticas ambientais evoca uma transformação não apenas política mas *da política*, isto é, da maneira de compreender, viver e fazer política, acenando com novos trânsitos e também com possíveis riscos para a própria esfera política. As condições do percurso da própria educação ambiental apontam para uma área recente onde, como em todo campo ambiental, sobrepõem-se as marcas de um movimento social e as de uma esfera educativa epistemologicamente fundamentada e institucionalmente organizada.

Como aparece em vários depoimentos, fazer EA não garante uma identidade pacífica de educador ambiental, ou pelo menos construída com certa homogeneidade, como se poderia supor em outros campos mais consolidados. Ser educador ambiental é algo definido sempre provisoriamente, com base em parâmetros que variam segundo o informante, suas filiações, moldando-se de acordo com a percepção e história de cada sujeito ou grupo envolvido com essa ação educativa. É uma identidade que comporta um espectro de variações na sua definição e apresenta um gradiente de intensidade de identificação — identidade plenamente assumida como destino escolhido, identidade em progresso como algo a ser alcançado, identidade negada ou secundarizada no processo de negociação entre outras possibilidades e escolhas do sujeito. Esta dinâmica parece apontar tanto para um campo historicamente novo, quanto para sua natureza multidisciplinar. Condições que tornam mais difícil a legitimidade e o reconhecimento social de uma nova identidade profissional, deixando grandes margens para estes gradientes de identificação, bem como uma grande mobilidade entre eles. Pode-se atuar profissionalmente de diversas maneiras e a partir de várias especializações, dentro do campo ambiental, e fazer EA pode ser uma opção, entre outras, ou simultaneamente a outros fazeres ambientais. Neste

contexto, as atuações profissionais no campo ambiental, excluindo-se aquelas que exigem alta especialização técnica, tendem a favorecer o trânsito e mesmo a invenção de novas modalidades e perfis profissionais.

Finalmente cabe lembrar que, se a construção de uma prática educativa nomeada como Educação Ambiental e a identidade profissional de um educador ambiental a ela associada formam parte dos movimentos de estruturação do campo ambientais, a EA estará submetida aos *efeitos da censura*¹⁰ exercidos por este campo. Esta é a fronteira que define um certo universo de sentidos possíveis, circunscrevendo o que é pensável ambientalmente e, por conseguinte, o que neste campo se torna impensável, ou indizível.

EA: DESAFIOS POLÍTICOS E EPISTEMOLÓGICOS

A educação ambiental no ensino formal, tem enfrentado inúmeros desafios, entre os quais pode-se destacar o de como inserir-se no coração das práticas escolares desde sua condição de transversalidade, posição consagrada pelos Parâmetros Curriculares (MEC 1997). Contudo, ainda que a transversalidade venha em consonância com as propostas elaboradas desde longa data pelo próprio campo dos educadores ambientais e tenha sido incorporada pelos parâmetros, restam muitos questionamentos, tais como: afinal, como ocupar um lugar na estrutura escolar desde essa espécie de não-lugar que é a transversalidade? Para a EA, constituir-se como temática transversal pode tanto ganhar o significado de estar em todo lugar quanto, ao mesmo tempo, não pertencer a nenhum dos lugares já estabelecidos na estrutura curricular que organiza o ensino. Por outro lado, como ceder à lógica segmentada do currículo, se a EA tem como ideal a interdisciplinaridade e uma nova organização do conhecimento? Em outras palavras, poderia-se dizer que, como herdeira do movimento ecológico e da inspiração contracultural, a EA quer mudar todas as coisas. A questão é saber como, por onde começar e os melhores caminhos para a efetividade desta reconstrução da educação. Diante de um projeto tão ambicioso, o risco é o

¹⁰ Os campos sociais, segundo Bourdieu, exercem um efeito de censura (Bourdieu, 1989:165), no sentido de limitar o universo dos discursos que nele se produzem a um universo de enunciados possíveis de serem ditos no âmbito da problemática particular daquele campo.

da paralisia diante do impasse do tudo ou nada: ou mudar todas as coisas ou permanecer a margem, sem construir mediações adequadas.

Quando se pensa na formação de professores em educação ambiental, outras questões se evidenciam. Uma delas é de que a formação de professores comporta uma dimensão que transcende os objetivos programáticos dos cursos e metodologias de capacitação. Trata-se da formação de uma identidade pessoal e profissional. Desta forma, quaisquer que sejam estes programas e metodologias, estes devem dialogar com o mundo da vida do(a)s professore(a)s, suas experiências, seus projetos de vida, suas condições de existência, suas expectativas sociais, sob pena de serem recebidos como mais uma tarefa entre tantas que tornam o cotidiano do professor um sem fim de compromissos. Uma outra dimensão que não deve ser esquecida é que, ao falar de EA se está referindo a um projeto pedagógico que é herdeiro direto do ecologismo. Constitui parte de um campo ambiental e perfila em sua esfera de ação um sujeito ecológico. Assim, a formação de professores em EA, mais que uma capacitação buscando agregar uma nova habilidade pedagógica, desafia à formação de um *sujeito ecológico*.

E, se há tantos desafios para a EA construir seu lugar e sua legitimidade como prática educativa, o que não dizer dos processos de avaliação em EA. Apenas a título de reflexão inicial sobre este tema, mas compatível com a idéia de formação de um sujeito ecológico enquanto orientação pessoal e profissional, poderia ser um critério de avaliação a capacidade de um processo em educação ambiental gerar experiências significativas de aprendizado. Isto valeria para os níveis pessoal, grupal (professores, alunos, funcionários) mas, sobretudo deveria incidir também em mudanças na estrutura da escola, denotando algum tipo de mudança e aprendizado institucional. Isto significa tomar a sério a noção de aprendizagem, entendida como processo capaz de operar mudanças cognitivas, sociais e afetivas importantes tanto nos indivíduos e grupos quanto nas instituições. Talvez, desta forma, a EA consiga sair de um lugar muitas vezes situado à margem da escola (atividades extra classe que ocorrem no tempo "livre" dos professores e alunos, por exemplo) para ter alguma ação de transformação sobre o que se poderia chamar de "núcleo duro" da formação dos professores e da organização das práticas escolares. Como se sabe, o debate ambiental ainda não foi internalizado plenamente nem como disciplina nem como eixo

articulador nos currículos dos cursos de formação de professores, como demonstrou o levantamento sobre projetos de EA no ensino fundamental (MEC, 2000). Tampouco a EA tem conseguido estar presente nos espaços-chave da organização do trabalho educativo na escola como, por exemplo, na definição os projetos pedagógicos, dos planos de trabalho, do uso do tempo em sala de aula, do planejamento, da distribuição das atividades, e do tempo remunerado dos professores.

Isto tudo não significa deixar de reconhecer que muito tem se feito, tanto em nível das políticas públicas, quanto nas escolas para experimentar diferentes modos de impulsionar a EA. Os professores são muito criativos e tem gerado inúmeras atividades e projetos em EA por todo este país. Haja visto o grande interesse destes profissionais que têm sempre estado presente, intercambiando suas experiências inovadoras, nos eventos nacionais e regionais de EA. Contudo, ainda resta o desafio de internalizar nos espaços institucionais estruturantes do campo educativo a formação de uma sensibilidade e de uma leitura crítica dos problemas ambientais.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, I. C. M. A invenção ecológica: sentidos e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2ª. ed. 2002.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Editora Difel, coleção Memória e Sociedade, 1989.

BRUNER, E. "Ethnography as narrative". In: TURNER, V. & Bruner, E. (orgs.) *The anthropology of experience*. Chicago: Illinois University Press, 1986.

BRUNER, J. *Acts of meaning*. Cambridge: Harvard University Press, 1990

BRUNER, J.; WEISSER, S. "A invenção do ser: autobiografia e suas formas". In: OLSON, D.; TORRANCE, N. (orgs.). *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995

CAMPBELL, C. *The romantic ethic and the spirit of modern consumerism*. Oxford: Blakwell Publishers. 1995.

GADAMER, H-J. *Verdade e método*. Petrópolis, Vozes, 1998.

HUBER, J. Quem deve mudar todas as coisas; as alternativas do movimento alternativo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KERTZER, D. I. *Ritual, politics & power*. Yale: University Press, 1997.

LÖWY, M.; SYRE, R. *Romantismo e Política*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

MAIA-FLICKINGER, M. "Schopenhauer e a concepção romântico-idealista da natureza". In: *Veritas*, Porto Alegre, v. 38, n. 152, dez 1993.

MARRE, J. L. "História de vida e método biográfico". In: *Cadernos de sociologia*. v.3, 1991, pp.55 a 88.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA (MEC). Secretaria de Educação Fundamental/Coordenação de Educação Ambiental. *A implantação da educação ambiental no Brasil*. Brasília, 1998.

_____. Secretaria de Educação Fundamental/Coordenação de Educação Ambiental. *Diagnostico preliminar de projetos de educação ambiental no ensino fundamental*: Brasília, 2000.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, 1997. 10 vol.

OLIVA, J. T. "A educação Ambiental na escola". In: Ministério da Educação e do Desporto (MEC). Secretaria de Educação Fundamental/Coordenação de Educação Ambiental. *Textos da série Educação Ambiental do Programa Salto para o Futuro*. Brasília, 2000, p 9-20.

OUTHWAITE, W.: BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RICOUER, P. *Tempo e narrativa* (tomo III). São Paulo: Papirus, 1997

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. Porto, Afrontamento, 13^a. Ed. 2002.

TURNER, V. & TURNER, E. *Image and pilgrimage in christian culture*. New York: Columbia University Press, 1978.

TURNER, V. O processo ritual: estrutura e antiestrutura. Petrópolis, Vozes, 1974.

WEBER, M. *Economía y sociedad; esbozo de sociología comprensiva*. México, Fondo de Cultura Económica. 8ª. Reimpresão, 1987.